

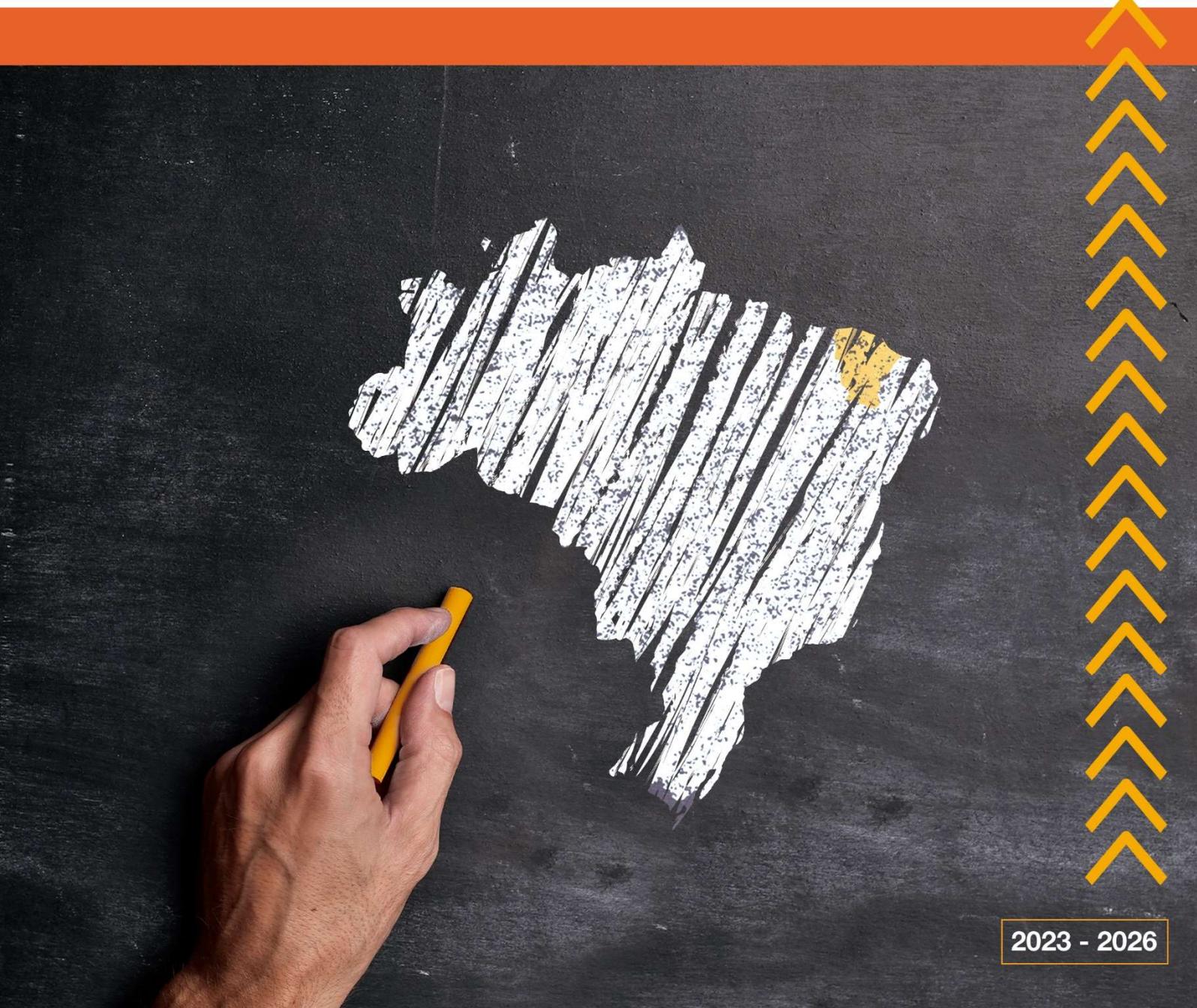


TODOS
PELA
EDUCAÇÃO

< EDUCAÇÃO **JÁ** >

Contribuições para a agenda
de políticas educacionais do

CEARÁ



2023 - 2026

INTRODUÇÃO

Este breve material tem como objetivo apresentar algumas contribuições para a agenda de políticas educacionais do Ceará, no contexto do início da gestão 2023-2026. Ele é composto por duas seções:



1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE ELMANO DE FREITAS

Aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha do governador eleito, observando o programa de governo, discursos e redes sociais.



2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO CEARÁ

Traz contribuições para a agenda educacional do Ceará, a partir das recomendações prioritárias elencadas no documento Educação Já 2022¹.

¹ O documento “Educação Já 2022: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira” apresenta recomendações de políticas educacionais para as gestões estaduais e federal eleitas em 2022. Ele foi construído com a colaboração de dezenas de especialistas e organizações que atuam no campo educacional e pode ser acessado em: <https://todospelaeducacao.org.br/iniciativa-educacao-ja/>

1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE ELMANO DE FREITAS

A partir de uma leitura do plano de governo da candidatura do governador eleito e do acompanhamento de seus pronunciamentos públicos, esta seção aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha.

1.1 | Pontos de destaque:

Diversos temas relevantes para a Educação Básica foram apontados na campanha de Elmano de Freitas, seja no plano de governo, nas redes sociais ou em pronunciamentos públicos. Dentre eles, destacam-se:

- A.** Fortalecimento do regime de colaboração com os municípios, com ênfase na ampliação do Programa de Aprendizagem na Idade Certa (Paic);
- B.** Cooperação com os municípios para melhorias e inovações na gestão pública, educacional e pedagógica com foco na garantia de acesso, frequência, permanência e melhores resultados de aprendizagem em todos os níveis de ensino;
- C.** Ampliação da oferta de Educação em tempo integral;
- D.** Valorização de professores e profissionais da Educação, considerando melhoria da remuneração, formação inicial e em serviço, perspectiva de carreiras e condições de trabalho;
- E.** Promoção de cuidados à saúde física e emocional dos estudantes, professores e suas famílias;
- F.** Fortalecimento de ações intersetoriais para primeira infância, em cooperação com os municípios, com objetivo de garantir o desenvolvimento integral das crianças;
- G.** Ações de apoio à permanência dos jovens na escola, com expansão da Educação de tempo integral, qualificação profissional e inclusão produtiva, além de realização de busca ativa de jovens evadidos.

1.2 | Pontos de atenção:

Alguns temas relevantes não receberam prioridade durante a campanha e, como será abordado na seção de contribuições, seria importante que fossem considerados em uma agenda educacional sistêmica para o Ceará:

- A.** Modernização da gestão da secretaria de Educação e o fortalecimento das 20 Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes);
- B.** Políticas voltadas para o fortalecimento da gestão escolar, incluindo avanços em processos de seleção, alocação e desenvolvimento profissional dos gestores escolares;
- C.** A implementação do novo currículo de Ensino Médio, que exige mudanças relevantes nas escolas estaduais cearenses;
- D.** Ações para contribuir para uma Educação Inclusiva e Antirracista.

2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO CEARÁ

AÇÕES PARA MITIGAR OS EFEITOS IMEDIATOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Combate à evasão escolar, recomposição de aprendizagens, ações de acolhimento e saúde mental e melhoria da alimentação escolar

Combater os efeitos imediatos da pandemia na Educação será essencial para garantir o direito de aprendizagem a todos os estudantes. Destaca-se que:

1. O Ceará lançou, em 2021, o programa **Pacto pela Aprendizagem**, com objetivo de fortalecer o regime de colaboração com os municípios para promover a **recomposição da aprendizagem** dos estudantes do Ensino Fundamental. A vigência do programa se encerra em 2022, no entanto, é importante **avaliar os resultados obtidos e a necessidade de fortalecer e prorrogar suas ações**, em diálogo com as redes municipais.
2. Além do Pacto Pela Aprendizagem, uma importante ação do Ceará é a implementação da **Avaliação de Impacto da Pandemia Sobre as Aprendizagens (AVI)**, realizada por estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, em 2021. É central garantir que as estratégias de **recuperação de aprendizagens** estejam alinhadas aos resultados da AVI. Pode-se avaliar a pertinência de manter essa avaliação nos próximos anos e expandi-la para outras séries.
3. Em 2021, o Ceará criou o programa **Busca Ativa Escolar**, com objetivo de garantir o retorno às aulas e a permanência de jovens na escola. Foram criadas 3 mil bolsas para alunos do Ensino Médio atuarem como monitores de busca ativa, com pagamento mensal de R\$ 200,00. O programa segue vigente em 2022. Nos próximos anos, é importante **avaliar o impacto dessa ação e a pertinência da sua continuidade** frente a um novo cenário, em que os estudantes voltaram para as escolas, mas o risco de evasão segue elevado.
4. É essencial garantir investimento em **ações de acolhimento e saúde mental** para os estudantes e os profissionais da Educação. Fortalecer e ampliar a política “Professor Diretor de Turma” pode ser uma medida importante para assegurar o cuidado integral aos estudantes. Para além disso, é importante haver uma atuação intersetorial com outros serviços, assegurando que haja atendimento

individualizado para casos mais graves.

5. Seguir ampliando e qualificando os investimentos na **alimentação escolar** dos estudantes.

10 MEDIDAS ESTRUTURAIS DO EDUCAÇÃO JÁ

1) **Governança - Fortalecimento da governança da Educação Básica no estado**

Fortalecer a governança da Educação Básica é essencial para garantir que o estado e os municípios trabalhem juntos para avançar políticas públicas de Educação. Nesse sentido, ressalta-se que:

1. No Ceará, as redes municipais são as responsáveis pela totalidade das matrículas na Educação Infantil, além de quase toda a oferta nos Anos Iniciais (99%) e nos Anos Finais do Ensino Fundamental (97%). A experiência cearense de **coordenação da política educacional no território**, com oferta de suporte e apoio aos municípios, tem sido referência nacional e deve continuar sendo fortalecida.
2. As ações do Mais Infância Ceará e do MAIS PAIC (criado em 2007 com o nome de Programa Alfabetização na Idade Certa e expandido para outras etapas nos anos seguintes) são exemplos de importantes de **políticas em regime de colaboração coordenadas pelo estado. É importante fortalecer e ampliar essa cooperação para outros elementos** (ex. concursos públicos, sistemas de gestão, entre outros), sempre em diálogo com as redes municipais.

2) **Gestão dos sistemas educacionais - Modernização da gestão da secretaria de Educação**

Fortalecer e modernizar a gestão educacional é fundamental para conseguir bons resultados educacionais. Algumas medidas importantes são:

1. Compor uma **equipe gestora altamente competente** e investir na qualificação dos servidores da secretaria de Educação (Seduc).
2. Promover uma **gestão estratégica na Seduc**, garantindo um planejamento estratégico adequado, metas claras e um monitoramento contínuo.
3. Aprimorar a **capacidade administrativa da Seduc**, criando processos e sistema mais ágeis e eficientes. (aprimoramento em sistemas já existentes como o SIGE Escola e o SISPAIC, são exemplos de avanços importantes nessa frente)

4. **Fortalecer as 20 Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes)**, garantindo que atuem de forma cada vez mais próxima no suporte às escolas e redes municipais.

5. Ampliar o diálogo com os profissionais da Educação da rede, assegurando uma **gestão democrática baseada na cultura colaborativa e no compartilhamento de propósito** entre os atores do sistema educacional. É preciso aproximar a Secretaria da Educação das escolas, superar resistências e criar vínculos, fugindo de uma gestão centralizadora.

3) **Financiamento** - Implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade

Garantir mecanismos de financiamento mais distributivos é imprescindível para reduzir as desigualdades e fomentar a indução de qualidade. Sendo assim, algumas medidas importantes são:

1. Garantir a continuidade da implementação do **ICMS-Educação** no estado (Lei nº 17.320/2020), assegurando **estabilidade dos recursos e a continuidade do sistema de monitoramento e avaliação da política**.

2. Ampliar os **mecanismos de descentralização de recursos financeiros** para as escolas é uma estratégia necessária para tornar a gestão das unidades escolares mais ágil e eficiente. Além disso, essas transferências devem levar em conta critérios de equidade, **destinando mais recursos para as escolas que atendem estudantes mais vulneráveis**.

4) **Professores** - Valorização e fortalecimento da profissão docente

Garantir professores motivados, bem-preparados e com boas condições de trabalho é fundamental para uma Educação de qualidade. Nesse sentido, alguns caminhos a serem considerados são:

1. Realizar um amplo **diagnóstico e planejamento do quadro de professores**. Caso seja necessário novas contratações, definir se serão feitas via concurso público (o último concurso do Ceará foi realizado em 2018) ou por processo seletivo simplificado. Também ressalta-se a importância de **qualificar os processos de seleção**, instituindo avaliação de competências relacionadas à prática pedagógica (ex. prova prática/demonstração de aula, que foi uma etapa do último concurso). Por fim, reforça-se a relevância de **aprimorar o estágio probatório**, garantindo que seja uma ferramenta

efetiva para o desenvolvimento profissional dos professores ingressantes.

2. Em 2022, o Ceará reajustou o piso salarial para R\$5.413,18, para os professores em início de carreira que possuem carga horária de 40 horas semanais. Esse valor está acima do valor estabelecido pelo Piso Nacional do Magistério (R\$ 3.845,63). Para além de **oferecer salários competitivos**, é importante **revisitar o plano de carreira** atual (Lei nº 15.901, de 2005), garantindo que seja atrativo e sustentável, considerando a oferta de benefícios, a atribuição de novas responsabilidades conforme a progressão na carreira e evoluções baseadas em competências profissionais orientadas para a melhoria da prática pedagógica.

3. **Garantir uma rotina e condições de trabalho adequadas**, priorizando que os docentes tenham jornada completa (30 a 40 horas semanais) em apenas uma escola e tempo extraclasse de qualidade para planejamento e outras atividades, como a participação em atividades formativas.

4. O Ceará desenvolve ações de formação continuada no âmbito do MAIS PAIC, para os professores do Ensino Fundamental em colaboração com municípios. Já no Ensino Médio, a principal ação é o “Professor Aprendiz”, com bolsas para professores formadores de área. É importante **ampliar as políticas de formação continuada**, garantindo que sejam alinhadas entre si e com as políticas pedagógicas da rede e que sejam orientadas pelas necessidades individuais do professor e da escola.

5. Para apoiar avanços na formação inicial de professores no Ensino Superior, a secretaria poderia criar um **programa de estágio remunerado para os licenciandos atuarem nas escolas de Educação Básica** do estado de forma qualificada.

5) **Gestão escolar** - Avanços na profissionalização e no apoio à gestão escolar

Diretores e suas equipes gestoras qualificadas e apoiadas para atuarem como lideranças nas escolas são fundamentais para garantir a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, considera-se que:

1. O **processo de seleção para o cargo de diretor escolar** no Ceará é composto por duas etapas: i) certificação dos candidatos, por meio de prova objetiva e análise de títulos, sendo que os aprovados passam a compor o banco de candidatos elegíveis ao cargo e ii) eleição direta pela comunidade escolar. De acordo com o Censo Escolar 2021, 98,3% dos diretores das escolas da rede estadual do Ceará chegaram ao cargo via processo seletivo e eleição. É importante **garantir que esse processo de certificação inclua outros instrumentos, para além de uma avaliação escrita, tais como entrevista por competências e apresentação de plano de gestão**, de modo a mensurar de forma mais

adequada a capacidade técnica dos integrantes do banco de gestores escolares.

2. Além de aprimorar o processo de seleção, é fundamental garantir **formação continuada aos gestores escolares**, considerando as diferentes fases de desenvolvimento profissional em que se encontram.

3. As equipes de gestão escolar necessitam receber **contínuo suporte da secretaria de Educação**. Nesse sentido, ressalta-se a importância de fortalecer a atuação dos Superintendentes Escolares, que atuam nas Credes, como também dos bolsistas do Paic, que acompanham o trabalho cotidiano das escolas municipais. Ainda, é importante que seja constantemente **reavaliado o quadro de profissionais da gestão de cada escola**, garantindo número suficiente de profissionais com perfil adequado para as funções. A oferta de **ferramentas de gestão** (financeira, administrativa e pedagógica) é outra medida que precisa ser reforçada.

6) Políticas Pedagógicas - Implementação dos currículos reelaborados à luz da BNCC

Políticas pedagógicas coerentes são essenciais para apoiar o trabalho dos professores em sala de aula e impulsionar a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nessa temática, algumas medidas importantes são:

1. Oferecer as **devidas condições para que os currículos da rede sejam implementados** em sala de aula, garantindo materiais pedagógicos de qualidade e formação continuada específica para o trabalho com os currículos. Um dos êxitos do MAIS PAIC é a construção de um sistema pedagógico coerente (currículo, material didático, formações e avaliações), que **pode inspirar a estruturação de políticas pedagógicas mais consistentes também para o Ensino Médio**, no âmbito do programa Ceará Educa Mais.

2. Desde 1992, o Ceará conta com o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaee), com avaliações externas realizadas de forma censitária ao final do ano letivo. A avaliação é realizada por alunos do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, além da 3ª série do Ensino Médio. Além disso, há o Protocolo MAIS PAIC, que é uma avaliação diagnóstica realizada no início do ano letivo por todos os estudantes do Ensino Fundamental (com exceção daqueles estão no 1º ano). É importante garantir que tais **avaliações sejam alinhadas aos currículos e que forneçam devolutivas pedagógicas rápidas e de fácil compreensão**, para que os professores possam fazer as intervenções pedagógicas com mais qualidade.

7) **Primeira infância** - Educação Infantil de qualidade, articulada a um atendimento integral na primeira infância

É essencial o investimento em políticas voltadas para a Primeira Infância, garantindo que todas as crianças recebam cuidado integral. Nesse sentido, ressalta-se que:

1. Desde 2015, o estado conta com o **programa Mais Infância Ceará**, instituído como política de estado pela Lei nº 17.380/2021. O programa tem atuação intersetorial e em colaboração com os municípios. Além de ações focadas na Educação Infantil, ele envolve as áreas de Saúde e Proteção Social. No âmbito do Mais Infância, o Ceará conta ainda com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (Padin), centrado, principalmente, nas visitas domiciliares. É fundamental que o estado **fortaleça tais programas**, garantindo prioridade às ações para primeira infância.
2. Na Educação, em especial, é importante que o governo estadual **apoie os municípios na expansão da oferta e qualificação da Educação Infantil** em todo o território – em 2019, as taxas de atendimento escolar para crianças de 0 a 3 anos era de 35%, abaixo da média nacional (que foi de 37,9%), e de 97,4% para crianças de 4 e 5 anos.

8) **Alfabetização** - Políticas voltadas à alfabetização na idade certa

O trabalho colaborativo entre estados e municípios é fundamental para assegurar que toda criança brasileira esteja plenamente alfabetizada no início de sua trajetória escolar. Nesse cenário, destaca-se:

1. Desde 2007, o Ceará implementa o **Programa Alfabetização na Idade Certa** (Paic) em cooperação com os municípios. O Paic é a principal referência no Brasil no que diz respeito a políticas de alfabetização em regime de colaboração. Seu modelo vem sendo replicado em outros 11 estados que se inspiram na experiência bem-sucedida do Ceará. Nesse sentido, **é fundamental que o programa seja fortalecido e, a partir da ampliação do diálogo com os municípios, que sua implementação e resultados sejam avaliados**, de modo a aprimorar suas ações.
2. Em 2009, o Ceará criou o **Prêmio Escola Nota 10**, destinado às escolas com melhor desempenho no Spaee, sendo que parte do recebimento do valor das escolas premiadas está condicionado a ações de cooperação com outras unidades com piores resultados. Esse mecanismo é de extrema relevância, pois incentiva, de forma simultânea, o avanço da qualidade com equidade. Como ponto de aprimoramento, ressalta-se a importância de **acompanhar e avaliar como vem sendo a implementação da cooperação técnico-pedagógica realizada entre as escolas**. Além disso, o

reajuste do valor da premiação, para mantê-la atrativa, também pode ser relevante.

9) **Anos Finais** - Construção de uma nova concepção de escola para os Anos Finais do Ensino Fundamental

Os Anos Finais no Ceará são ofertados na maior parte pelos municípios, mas 3% das matrículas ainda estão na rede estadual. É preciso promover esforços para desenhar uma nova proposta pedagógica para a etapa, em cooperação com os municípios. Algumas medidas importantes são:

1. Implementar **ações e medidas que tornem a escola mais engajadora nos Anos Finais** do Ensino Fundamental, tais como: ofertar disciplinas eletivas e de projeto de vida, implementar programas de tutoria, incentivar o uso de metodologias ativas de aprendizagem e apoiar protagonismo do adolescente (mesmo em escolas de tempo parcial, essas estratégias são viáveis).
2. Para a implementação de uma nova concepção de escolas dos Anos Finais, é importante **continuar priorizando a expansão das escolas em tempo integral**. De acordo com dados do Censo Escolar de 2021, 32,5% dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental estão matriculados na rede pública do Ceará estão matriculados em escolas de ensino integral, sendo o maior percentual nessa etapa no Brasil. Entende-se que a universalização do acesso às escolas em tempo integral nos Anos Finais como medida transformadora para a Educação do Ceará.

10) **Ensino Médio** - Reformulação na oferta do Ensino Médio

É imprescindível garantir uma reformulação no Ensino Médio, investindo em escolas que preparem os jovens para seu futuro enquanto cidadão e profissional. Nesse contexto, destaca-se:

1. O Ceará começou a implementar as mudanças do Novo Ensino Médio em 2022. Nesse sentido, é importante **acompanhar e monitorar como está sendo a implementação do novo currículo** (tanto da formação geral básica como dos itinerários formativos, sobretudo considerando as recentes definições do Enem). **Apoiar as escolas** e garantir que as políticas pedagógicas (formação continuada, materiais didáticos e avaliação) estejam alinhadas a essa nova estrutura curricular também é fundamental. Por fim, é central **manter diálogo constante com a comunidade escolar** para entender como ela tem avaliado a implementação e quais pontos podem ser ajustados.

2. Desde 2008, o Ceará conta com Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), que ofertam o Ensino Médio em tempo integral (10 horas) integrado à **Educação Profissional**. Nesse sentido, é **fundamental seguir com a ampliação desse modelo** garantindo a sua oferta em todo o território cearense (em 2020, eram 123 unidades). Para além desse modelo, é necessário investir na **implementação do itinerário formativo da Educação Profissional e Técnica, no âmbito do Novo Ensino Médio, mesmo em escolas regulares**, ampliando as opções de cursos e adequando-os às necessidades econômicas das diversas regiões do Estado.

3. O Ceará também se destaca no **Ensino Médio Integral**. De acordo com dados de 2021, 32,6% das matrículas do Ensino Médio e 44% das escolas no Ceará são em escolas em tempo integral nessa etapa, acima da média nacional (15,5% e 32,1%, respectivamente). É **importante garantir a qualidade da oferta e continuar a expansão do modelo**, visando a universalização do acesso nos próximos anos, tendo em vista que essa medida é transformacional para garantir uma melhoria na qualidade das escolas e já abarca grande parte das mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio.

4. É fundamental desenvolver **programas de apoio à permanência dos jovens na escola**, como a oferta de bolsa-auxílio ao longo da etapa, com foco naqueles em situação de maior vulnerabilidade.

PAUTAS TRANSVERSAIS

1) Tecnologias na Educação

Investir em ações que viabilizem a utilização de tecnologias educacionais é essencial para garantir uma Educação conectada à realidade da sociedade. Ressalta-se que:

1. No contexto da pandemia, o Ceará realizou diversos investimentos em tecnologias, como distribuição de computadores e tablets e de chips com internet para professores e estudantes. Seria importante, a partir das iniciativas já realizadas, **construir uma estratégia estadual de médio prazo para viabilizar uma adoção qualificada das tecnologias na Educação**. Isso deve envolver as questões de infraestrutura (conectividade e dispositivos), de implantação de recursos digitais e gerenciamento de dados, além da formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão.

2) Educação Inclusiva

É fundamental garantir que crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso à Educação de qualidade em escolas comuns. Assim, é necessário ressaltar a importância de:

1. Adoção de **medidas de busca ativa com ações intersetoriais** para os estudantes que estejam fora da escola, evitando a exclusão escolar para esse público. Além disso, é necessário garantir **condições de permanência**, com oferta adequada de salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio e professores do atendimento educacional especializado, acessibilidade nas escolas e formação de professores.
2. Oferta de **ampla formação continuada**, voltada tanto para os docentes de atendimento educacional especializado como para demais professores e profissionais da Educação.
3. Possibilitar que programas de **repasso descentralizado de recursos** prevejam aplicação dos recursos voltadas para o investimento em inclusão, tais como obras para melhoria da acessibilidade, recursos tecnológicos, aquisição de materiais didáticos acessíveis, etc.

3) Educação Antirracista

As políticas educacionais do estado precisam avançar no sentido de terem de forma intencional uma abordagem antirracista e de promoção de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer). Isso é uma condição essencial para a evolução da qualidade educacional com equidade. Dentro de um plano estadual para a Educação antirracista, inserem-se, entre outras questões:

1. Garantir **representatividade nos cargos de liderança** da gestão.
2. Desenvolver **políticas pedagógicas** que tratem o tema de forma qualificada.
3. Investir na **formação dos profissionais da Educação** do estado para trabalharem com a temática de forma intencional.

Saiba mais em:

www.todospelaeducacao.org.br